Agenda 2050: marcos estratégicos da Ásia Pacífico, Central e MENA

Agenda 2050: hitos estratégicos de Asia-Pacífico, Asia Central y la región MENA

Agenda 2050: Strategic Milestones for Asia-Pacific, Central Asia, and the MENA Region

Lúcia Marques

Resumo: Faltando menos de quatro anos para o cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), é notório o fracasso abismal da Agenda 2030. Múltiplas crises, disputas geopolíticas e econômicas, difícil acesso a recursos e tecnologias e as guerras e conflitos contribuíram para o grande retrocesso. Trazer para o informe os Relatórios Nacionais Voluntários (RNV) de somente oito países das regiões observadas, trouxe um gosto de fracasso. Por outro lado, olhar como os países da Ásia e do MENA começaram a traçar e avançar em estratégias de transição estrutural a serem implementadas até 2050, à medida que a meta 2030 virou "agenda morta", mostra que esses atores tomaram as rédeas para uma robusta arquitetura de governança de longo prazo. O objetivo do Marco Estratégico 2050 (ou Agenda 2050) não é apenas ser a sucessora da Agenda 2030; o foco deixa de ser "redução de danos" para ser a reconfiguração das matrizes tecnológicas, sanitárias e produtivas dos Estados. Nas regiões Ásia-Pacífico, Ásia Central e MENA, o horizonte 2050 não é apenas uma meta ambiental; é a espinha dorsal de planos de sobrevivência climática, transição geoeconômica e segurança alimentar. Olhar para o conjunto de documentos regionais percebe-se o paradoxo energético e tecnológico e que não existe um modelo único de sistema de saúde resiliente ao clima. O Marco 2050 trata a crise climática como um multiplicador de ameaças à saúde; o foco das agendas migrou de "metas econômicas isoladas" para a resiliência de sistemas de saúde frente ao estresse térmico extremo, à migração forçada e à insegurança alimentar crônica.

Palavras-chave: Agenda 2050; Marcos Estratégico 2050; sistemas de saúde; Ásia- Pacífico; Ásia Central; MENA.

Resumen: *A menos de cuatro años del plazo para cumplir las metas de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), el fracaso estrepitoso de la Agenda 2030 es evidente. Múltiples crisis, disputas geopolíticas y económicas, el difícil acceso a recursos y tecnologías, junto con guerras y conflictos, han contribuido a este gran retroceso. Incluir en el informe los Informes Nacionales Voluntarios (ENV) de solo ocho países de las regiones observadas dejó un amargo sabor a fracaso. Por otro lado, observar cómo los países de Asia y MENA han comenzado a trazar y avanzar en estrategias de transición estructural para ser implementadas de aquí a 2050 — a medida que la meta 2030 se convirtió en una "agenda muerta" — demuestra que estos actores han tomado las riendas hacia una sólida arquitectura de gobernanza a largo plazo. El objetivo del Marco Estratégico 2050 (o Agenda 2050) no es únicamente ser la sucesora de la Agenda 2030; el foco deja de ser la "reducción de daños" para convertirse en la reconfiguración de las matrices tecnológicas, sanitarias y productivas de los Estados. En las regiones de Asia-Pacífico, Asia Central y MENA, el horizonte 2050 no es solo una meta ambiental; es la columna vertebral de planes de*

supervivencia climática, transición geoeconómica y seguridad alimentaria. Al analizar el conjunto de documentos regionales, se percibe la paradoja energética y tecnológica, así como la inexistencia de un modelo único de sistema de salud resiliente al clima. El Marco 2050 trata la crisis climática como un multiplicador de amenazas a la salud; el eje de las agendas migró de "metas económicas aisladas" hacia la resiliencia de los sistemas de salud frente al estrés térmico extremo, la migración forzada y la inseguridad alimentaria crónica.

Palabras clave: *Agenda 2050; Marcos Estratégicos 2050; Sistemas de Salud; Asia-Pacífico; Asia Central; MENA.*

Abstract: *With less than four years remaining to meet the Sustainable Development Goals (SDG) targets, the abysmal failure of the 2030 Agenda is starkly evident. Multiple crises, geopolitical and economic disputes, severe constraints on access to resources and technologies, along with wars and conflicts, have all contributed to this major setback. Incorporating the Voluntary National Reviews (VNRs) of only eight countries from the monitored regions into this report left a distinct taste of failure. On the other hand, examining how countries across Asia and the MENA region have begun drafting and advancing structural transition strategies to be implemented through 2050—as the 2030 target effectively became a "dead agenda" — demonstrates that these actors have taken the helm toward a robust long-term governance architecture. The purpose of the 2050 Strategic Framework (or 2050 Agenda) is not merely to succeed the 2030 Agenda; the focus shifts from simple "damage control" to a complete reconfiguration of the technological, health, and productive matrices of States. In the Asia-Pacific, Central Asia, and MENA regions, the 2050 horizon is not merely an environmental goal; it serves as the backbone of plans for climate survival, geoeconomic transition, and food security. Analyzing the broader set of regional documents reveals an underlying energy and technological paradox, alongside the reality that there is no single model for a climate-resilient health system. The 2050 Framework treats the climate crisis as a health threat multiplier; the core of these agendas has migrated from "isolated economic targets" toward the resilience of health systems in the face of extreme thermal stress, forced migration, and chronic food insecurity.*

Keywords: *2050 Agenda; 2050 Strategic Frameworks; Health Systems; Asia-Pacific; Central Asia; MENA.*

Faltando menos de quatro anos para o cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e é notório o fracasso abismal da Agenda 2030, em muitos países. Múltiplas crises, disputas geopolíticas e econômicas e as guerras e conflitos contribuíram para o grande retrocesso. E mais recentemente, diante do cenário belicoso e da falta de financiamento para o desenvolvimento sustentável e tecnologias verdes — com enorme (des)contribuição dos EUA — o retrocesso acelerou.

Diante desse cenário, nos anos recentes, países da Ásia e do MENA (Oriente Médio e Norte da África), blocos, agências e bancos de desenvolvimento regionais começaram a traçar e avançar em estratégias de transição estrutural, que começaram a ser implementadas à medida que a meta 2030 virou "agenda morta". A chamada Agenda 2050 ou Marco Estratégico 2050 é, na verdade, uma robusta arquitetura de governança de longo prazo adotada por organismos e governos. O objetivo da Agenda 2050 não é apenas ser a sucessora operacional da Agenda 2030; o foco deixa de ser "redução de danos" para ser a reconfiguração das matrizes tecnológicas, sanitárias e produtivas dos Estados.

Nas regiões Ásia-Pacífico, Ásia Central e MENA, o horizonte 2050 não é apenas uma meta ambiental; é a espinha dorsal de planos de sobrevivência climática, transição geoeconômica e segurança alimentar. Com especificidades diferentes, nestas regiões, o Marco Estratégico 2050 se divide em marcos institucionais claros. E o que chama atenção nos marcos 2050, tanto para Ásia e Pacífico quanto para Ásia Central e para o MENA, é que todos tratam a crise climática como um multiplicador de ameaças à saúde. O foco das agendas migrou de "metas econômicas isoladas" para a resiliência de sistemas de saúde frente ao estresse térmico extremo, à migração forçada e à insegurança alimentar crônica.

E para essas regiões, tanto a ESCAP (Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia e o Pacífico) quanto a ESCWA (Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia Ocidental/Região Árabe) possuem marcos conceituais e relatórios orientadores de peso voltados ao horizonte de 2050. Como comissões regionais da ONU, o papel delas não é impor metas obrigatórias, mas sim fornecer os modelos analíticos, projeções demográficas e roteiros de governança que os países membros utilizam para desenhar suas próprias políticas nacionais até meados deste século.

O paradoxo energético e tecnológico é nítido nessas regiões. No MENA, o objetivo central até 2050 é a diversificação econômica. Países do Golfo sabem que o modelo econômico baseado no petróleo tem prazo de validade; suas estratégias 2050 focam em usar a alta incidência solar da região para se tornarem os maiores exportadores globais de hidrogênio verde[1], ao mesmo tempo em que investem bilhões para transformar a região em um polo de Inteligência Artificial.[2] Na Ásia-Pacífico, o desafio é a desconexão do carvão. Economias gigantescas e populosas como a China, Indonésia e a Índia estruturam seus marcos de 2050 na reforma de suas indústrias pesadas. Para as nações insulares da Oceania, como Fiji, a tecnologia de ponta da "Economia Azul" é voltada para a proteção costeira e sistemas de alerta precoce.

Uma análise comparativa[3] entre as agendas de longo prazo entre Ásia-Pacífico, Ásia Central e da região MENA revela três visões geopolíticas e ambientais distintas sobre como o mundo se reorganizará estrategicamente até 2050. Enquanto a Ásia-Pacífico foca em gerenciar o impacto físico do clima e expandir sua liderança industrial, a região MENA desenha seus marcos de 2050 como planos de sobrevivência existencial e transição econômica pós-petróleo e a Ásia Central tem o desafio de modernizar uma infraestrutura herdada do período soviético, que é altamente dependente de combustíveis fósseis, e gerenciar uma das crises hídricas e geopolíticas mais complexas do planeta.

Como se pode observar, na Ásia e no Pacífico a governança está centrada na gestão de riscos climáticos extremos e na liderança de tecnologia global. Na Ásia Central, o debate passa pela geopolítica de infraestrutura, cujos planos visam uma blindagem econômica para evitar que a região — isolada geograficamente dos mares e oceanos — sofra colapso logístico; a agenda está focada em infraestrutura de conectividade, transição energética de matrizes fósseis e segurança hídrica transfronteiriça. No MENA é uma agenda de reinvenção identitária e

[1] Saiba Mais em Marques, L. 2024. **Fazendo do limão uma limonada: Região MENA emerge como ator-chave no comércio do combustível do futuro.** Cadernos Fiocruz Informe 10-2024. P. 254-262. Disponível em https://fiocruz.br/documento/2024/06/cadernos-cris-fiocruz-informe-10-2024

[2] Saiba mais em Marques, L. 2026. **Riscos e complexidades geopolíticas para Ásia e Oriente Médio e o uso da IA em saúde nestas duas regiões**. *Cadernos Fiocruz De Saúde Global E Diplomacia Da Saúde*, *1*, 296-306. Disponível em https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/53

[3] Elaborada com ajuda da IA Gemini

econômica para evitar a obsolescência geopolítica em um mundo descarbonizado; o foco é inteligência artificial, escassez críticas de recursos hídricos e superação da dependência do Petróleo.

Dimensão Estratégica	Região Ásia-Pacífico	Região Ásia Central	Região MENA
Driver Principal	Liderança Tecnológica e Clima Garantir o "Século Asiático" mitigando desastres físicos.	Conectividade e Descarbonização Modernizar a infraestrutura pós-soviética e superar o isolamento geográfico.	Segurança Vital e Geoeconômica Sobrevivência ao estresse hídrico severo e transição pós-fóssil.
Foco na Saúde Global	Adaptação e Doenças Tropicais Sistemas de saúde resilientes a tufões, aumento do nível do mar e expansão de vetores epidemiológicos.	Degradação Ambiental e Clima Impactos na saúde respiratória e infantil devido a tempestades de poeira tóxica (ex: Mar de Aral) e poluição industrial por carvão.	Multiplicadores de Estresse Segurança alimentar básica, impacto do calor extremo na força de trabalho e desnutrição crônica.
Vetor Energético	Descarbonização Industrial Substituição massiva do carvão e eletrificação da frota e redes urbanas.	Potencial Renovável das Estepes Substituição gradual do carvão por grandes parques eólicos/solares e adoção de tecnologias de Captura de Carbono (CCS).	Hub de Hidrogênio Verde Substituição da exportação de petróleo por energia solar e hidrogênio limpo para o mercado global.
Financiamento	Bancos de Desenvolvimento Liderado por aportes do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e forte presença de capital privado.	Cooperação Multilateral Conectada Investimentos combinados do ADB (programa CAREC), do Banco Islâmico (IsDB) e aportes de infraestrutura euroasiáticos.	Fundos Soberanos Estatais Reinvestimento direto de petrodólares em infraestrutura interna, biotecnologia e Inteligência Artificial.

Embora não haja um documento global único, alguns documentos, como o Roteiro da IEA (Agência Internacional de Energia), sobre Net Zero (emissões líquidas zero), têm sida uma das referências técnicas global para governos e agências de fomento. Ele detalha mais de 400 marcos setoriais necessários para descarbonizar a economia global em três décadas, sendo a base de formulação de políticas industriais verdes.

Outro documento, muito citado em artigos acadêmicos, é o WBCSD: Vision 2050 — Time to Transform, do setor privado global, elaborado pelo Conselho Empresarial Mundial para o

Desenvolvimento Sustentável. O relatório aborda como desenhar cadeias de suprimentos ecoeficientes e garantir o bem-estar de uma população global estimada em 9 bilhões de pessoas dentro dos limites planetários.

Já a iniciativa TWI2050 (*The World in 2050*), plataforma de pesquisa global do Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados (IIASA), reuniu cientistas, modeladores econômicos e analistas de políticas públicas para desenhar cenários que garantiriam o alcance dos ODS até 2030, mas com foco em 2050. Diferentemente dos documentos que compõem a Agenda 2030, a espinha dorsal da TWI2050 propõe que a humanidade pare de fragmentar as metas globais em ações isoladas e adote abordagem de nexo, propondo atacar seis eixos de forma simultânea e integrada. Isto é, não há como resolver a crise energética sem resolver a crise alimentar ou sem investir em saúde/educação, gerando "efeitos colaterais" que colapsarão o sistema global. O sucesso de 2050 exige que os bancos de desenvolvimento e governos financiem projetos que ataquem pelo menos dois ou três desses eixos ao mesmo tempo.

Ásia e Pacífico e Ásia Central

O bloco do Sudeste Asiático (ASEAN) formalizou suas diretrizes de transição por meio do ASEAN State of Climate Change Report (ASCCR). É um relatório prospectivo, que inclui recomendações e estabelece cerca de 60 ações prioritárias divididas entre mitigação e adaptação até 2050. O foco principal é reconfigurar o uso da terra e acelerar o desinvestimento em carvão para atingir as emissões líquidas zero (*Net-Zero*), integrando leis nacionais de países como Vietnã e Indonésia.

A ESCAP concentra suas diretrizes de longo prazo na descarbonização acelerada do "motor industrial" do planeta e na proteção de suas megacidades contra riscos climáticos extremos até 2050 — transição industrial e resiliência urbana. O estudo Race to Net Zero — Accelerating Climate Action in Asia and the Pacific funciona como um guia macro para governos, detalhando os caminhos regulatórios, tributários e de cooperação transfronteiriça necessários para que a região elimine as emissões de gases estufa até 2050. O documento aborda a necessidade de reformar subsídios aos combustíveis fósseis e criar empregos verdes para mitigar impactos sociais.

Outro marco analítico importante para Ásia e Pacífico está consolidado na publicação conjunta UN ESCAP/UN-Habitat: The Future of Asian and Pacific Cities, que projeta os desafios demográficos e de infraestrutura urbana na região até 2050. O plano orienta os gestores municipais e planejadores urbanos a estruturarem redes de transporte inteligente, gestão de resíduos em economia circular e sistemas de saúde urbana resilientes a ondas de calor e inundações costeiras.

O Fórum das Ilhas do Pacífico coordena a Estratégia 2050 para o Continente do Pacífico Azul, o principal marco político multilateral da Oceania. O plano foca na "Economia Azul" e define metas rígidas de segurança humana, proteção dos oceanos e conectividade tecnológica para nações vulneráveis ao aumento do nível do mar. O painel monitora indicadores integrados de saúde, como a cobertura universal e o combate a doenças não transmissíveis.

O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) publicou uma das análises estruturais mais influentes do continente, o relatório Asia 2050: Realizing the Asian Century. O estudo projeta que, até 2050, a Ásia responderá por 52% do PIB global. Contudo, o marco alerta que esse crescimento só será sustentável se os países evitarem a "armadilha da renda média" investindo

massivamente em urbanização compacta de baixo carbono e inovação inclusiva nas bases demográficas (como Índia e China).

O ADB também atua como o principal fiador da transição de infraestrutura na Ásia Central, operando por meio do programa CAREC (*Central Asia Regional Economic Cooperation*). Dois relatórios mostram que a cooperação transfronteiriça é crucial para avançar na transição energética dos países da Ásia Central — os países produtores de energia fóssil (como Cazaquistão e Uzbequistão) precisam integrar suas redes com os países com alto potencial hidrelétrico e renovável (como Quirguistão e Tajiquistão) para garantir a segurança energética e hídrica da região até 2050. O primeiro relatório, ADB: CAREC Energy Strategy 2030 (Common Borders. Common Solutions. Common Energy Future) estabelece as metas de integração das redes elétricas, eficiência energética e transição de combustíveis fósseis para a Ásia Central no horizonte 2030-2050. O segundo, Regional Action on Climate Change: A Vision for CAREC in 2050 apresenta um roteiro de ação climática de longo prazo que orienta os ministérios da região na transição para um modelo de resiliência climática, transição hídrica e energia limpa — com forte foco no desenvolvimento do potencial de energia solar e eólica das estepes — até meados do século.

O Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), que atua nas repúblicas islâmicas, divulgou o IsDB: Alignment with the Paris Agreement Realizing Sustainable Development Goals, com foco em governança de longo prazo. No documento, o IsDB estabelece metas rígidas de financiamento verde (finanças islâmicas sustentáveis), focando na transformação dos sistemas agroalimentares, resiliência à seca urbana e infraestrutura de saúde pública integrada para enfrentar as vulnerabilidades das populações mais pobres até 2050, para a Ásia Central e região MENA.

MENA — Oriente Médio e Norte da África

No Oriente Médio e Norte da África, a Agenda 2050 gira em torno da superação da dependência do petróleo, na escassez crítica de recursos vitais e foca no uso da inteligência artificial.[4]

A Plataforma Multilateral MENA2050 é um dos principais think tanks e fóruns de formulação de políticas da região. O repositório oficial de análises e *white papers* pode ser acessado em MENA2050: Middle East Regional Development. Entre os marcos publicados recentemente (em 2026), destacam-se: o Corredor IMEC (*India-Middle East-Europe*), com análises detalhadas que avaliam como a rota transcontinental ligando a Índia à Europa, através do Oriente Médio, funcionará como o eixo de integração econômica e infraestrutura inteligente da região até meados do século; e a Divisão de IA, que propõem diretrizes estratégicas que buscam alinhar a alta ambição tecnológica dos países do Golfo (como os planos de transição da Arábia Saudita e Emirados Árabes para 2050) com o potencial humano e industrial do Norte da África.

O Banco Mundial propõe um Roteiro Climático e de Resiliência para o MENA. O documento estratégico The World Bank Group: Middle East & North Africa Climate Roadmap

[4] Resumo da Política. A divisão da MENA AI: alinhando a ambição do Golfo com o potencial do norte da África, https://www.mena2050.org/news/policy-brief-the-mena-ai-divide%3A-aligning-gulf-ambition-with-north-african-potential-

foca no horizonte de descarbonização e adaptação, considerando que a região é a mais estressada hidricamente do mundo. O marco estratégico detalha caminhos para a transformação radical dos sistemas agroalimentares e infraestrutura urbana. O relatório aponta o paradoxo da região: concentra os maiores emissores de carbono *per capita* do mundo (países do Golfo), mas recebe entre 22% e 26% de toda a energia solar que atinge a Terra, tornando a transição para o hidrogênio verde a chave de sua estabilidade geopolítica até 2050.

Marco 2050 de Estados Nacionais

Nas regiões Ásia e Pacífico e MENA os principais países já transformaram a Agenda 2050 em políticas de Estado. Esses países possuem marcos estratégicos consolidados para 2050 refletidos es seus documentos oficiais. Na diplomacia internacional, esses documentos nacionais de longo prazo voltados ao clima e sustentabilidade são chamados de LT-LEDS *(Long-Term Low Greenhouse Gas Emission Development Strategies)* e servem como o principal anexo de compromisso dos países perante o Acordo de Paris.

O Cazaquistão (a maior economia da Ásia Central) possui o plano mais robusto. A estratégia Kazakhstan: Strategy for Achieving Carbon Neutrality by 2060 detalha as profundas reformas estruturais que o país começará a implementar nas décadas de 2040 e 2050, visando alcançar a neutralidade em carbono em 2060. O plano foca no banimento gradual do carvão, na adoção massiva de tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS) e na modernização do saneamento e gestão de bacias hidrográficas compartilhadas — um tema crítico de segurança nacional e saúde pública para toda a Ásia Central.

Os Emirados Árabes foram o primeiro país da região a oficializar a sua estratégia de descarbonização de longo prazo. O plano foca em transformar a matriz econômica do país e criar polos de tecnologia limpa. The United Arab Emirates' First Long-Term Strategy (LTS) — UNFCCC

O Egito lançou um plano abrangente que gerencia o estresse hídrico e a segurança alimentar do Rio Nilo, ligando diretamente a resiliência climática aos serviços de saúde e bem-estar dos cidadãos. Egypt National Climate Change Strategy 2050 (Fact Sheet).

A Indonésia submeteu formalmente a sua estratégia de longo prazo focando na resiliência de suas ilhas, gestão das florestas nativas e transição do setor industrial e energético para emissões líquidas zero. Indonesia: Long-Term Strategy for Low Carbon and Climate Resilience 2050 (LTS-LCCR)

Fiji, representando as nações insulares do Pacífico, integrou o seu plano de desenvolvimento econômico de curto prazo a uma visão macro de 25 anos, com foco total em infraestrutura resiliente, saúde pública adaptada e proteção dos oceanos. Fiji National Development Plan and Vision 2050 — Ministry of Finance

Sistemas de saúde na Agenda 2050

Como os marcos estratégicos para 2050 da Ásia e MENA planejam reestruturar especificamente os sistemas de saúde pública contra as mudanças climáticas? A reestruturação dos sistemas de saúde sob as lentes dos marcos estratégicos para 2050 na Ásia e na região MENA representa uma transição crítica na governança global. O foco deixou de ser apenas a "neutralidade de carbono" das instalações médicas para se concentrar na adaptação de sobrevivência; em sistemas de saúde resilientes aos eventos extremos ou capazes de enfrentar

escassez hídrica e estresse térmico aparecem em todos os documentos estratégicos para o horizonte 2050.

Como as duas regiões enfrentam ameaças climáticas de naturezas completamente distintas, os seus planos de reconfiguração de saúde pública seguem caminhos paralelos, mas muito específicos.

Na Ásia e no Pacífico, onde o aumento das temperaturas e os regimes extremos de monções expandem os habitats de vetores, a reestruturação da saúde é focada em descentralização e resposta rápida (Vigilância Epidemiológica de Fronteira e Resiliência a Desastres). Países como Camboja, Vietnã e Indonésia estão integrando dados meteorológicos diretamente aos sistemas de monitoramento de saúde pública. O objetivo até meados do século é automatizar a previsão de surtos de dengue, malária e diarreia aguda semanas antes que eles ocorram, permitindo o deslocamento preventivo de insumos médicos e equipes de resposta rápida para áreas vulneráveis. Em nações insulares, como Fiji e grandes arquipélagos, os marcos 2050 redesenham a atenção primária para operar fora dos grandes centros urbanos. As novas clínicas comunitárias estão sendo construídas com arquitetura adaptada a supertufões e equipadas com microrredes de energia solar. Isso garante que a refrigeração de vacinas e medicamentos nunca falte, mesmo quando a rede elétrica principal for colapsada por eventos extremos.

Nessa região, estima-se que o fluxo migratório interno aumentará significativamente até 2050 devido à elevação do nível do mar. As estratégias de longo prazo do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) preveem uma reconfiguração do financiamento da saúde urbana para absorver essas populações sem colapsar os serviços básicos nas metrópoles. Na região MENA, o estresse hídrico e as temperaturas que podem superar os 50°C desenham um cenário de quase inabitabilidade em algumas zonas. A reestruturação da saúde aqui é uma questão de segurança vital. A Integração WASH (Água, Saneamento e Higiene) é a proposta do Banco Mundial para a região com maior escassez de água do mundo, os marcos da IFRC-MENA e do Banco Mundial exigem que as instalações de saúde sejam reconfiguradas para funcionar com circuito fechado de reciclagem hídrica. Até 2050, hospitais públicos precisarão operar sob diretrizes severas de eficiência para garantir a esterilização e higiene básicas em cenários onde a disponibilidade de água potável por habitante cairá drasticamente.

E ainda, com a previsão de que o Norte da África tenha milhões de deslocados internos até 2050 devido à desertificação — já existem milhões de deslocados por conflito —, o planejamento regional deve priorizar a troca de dados epidemiológicos entre países e a criação de corredores humanitários de saúde equipados com unidades móveis capazes de atuar no deserto. A reestruturação curricular e clínica dos hospitais na Península Arábica e no Egito já integra o calor extremo como um fator de emergência médica primária. Os sistemas estão sendo adaptados para lidar com picos sazonais de falência renal crônica, desidratação severa e crises cardiovasculares agudas associadas ao estresse térmico na força de trabalho.

Como se vê, enquanto a Ásia-Pacífico precisa de um sistema ágil e descentralizado para se mover rápido diante de tempestades e surtos infecciosos, a região MENA exige um sistema robusto de resistência física, focado em conservar recursos escassos (como água e energia de resfriamento) para manter as portas abertas sob condições climáticas hostis.

Considerações finais

Olhar para esses documentos regionais e de governos nacionais pode-se perceber dois aspectos para o horizonte 2050: o fracasso da governança global para o alcance dos ODS até 2030 e que não existe um modelo único de saúde resiliente ao clima.

Os vários relatórios e estratégias orientadores de organismos e blocos regionais e de think tanks com foco nas especificidades regionais e dos Estados mostram que fragmentar as metas globais em ações isoladas e sem adotar abordagem de nexo, como modelo conceitual que analisa a interconexão e a interdependência entre sistemas ou recursos pode gerar atrasos ou dividir os parcos recursos. Atuar de forma simultânea e integrada, ou em redes de colaboração, é a melhor estratégia para avançar eficientemente.

Sobre os sistemas de saúde "personalizados", vemos que na Ásia, os documentos apontam forte preocupação com o colapso de infraestruturas de saúde por eventos climáticos extremos e a expansão geográfica de doenças tropicais negligenciadas, devido ao aumento das temperaturas e inundações. Para o MENA, como a região mais árida do planeta, os relatórios indicam que, até 2050, a falta de água e a perda de terras agricultáveis impactarão diretamente os índices de segurança alimentar crônica e gerarão ondas de calor que testarão os limites biológicos da população trabalhadora ao ar livre.